

SINDICATO NO OESTE DO ESTADO REALIZA PRIMEIRA ELEIÇÃO EM DUAS DÉCADAS + A LUTA DO MOVIMENTO LGBT EM BLUMENAU + O PAPEL DO PODER PÚBLICO NO FOMENTO DA CULTURA + CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

EXPRESSÃO

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano 2 Número 13 Setembro.2010

www.sinsepes.org.br

UNIVERSITÁRIA

Desabrigados desde os 158 anos

Blumenau completa neste mês de setembro 160 anos de fundação sem resolver a situação de mais de 200 famílias que seguem nos abrigos da prefeitura desde as enchentes e deslizamentos de novembro de 2008



Leo Laps

Na Itoupava Seca, 33 famílias permanecem a espera de um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal

O SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PARA REITOR NA FURB

Editorial

Contextualização do processo eleitoral e posição do Sinsep

Corrida no dia 26 de agosto, a votação em primeiro turno da eleição para reitoria da FURB aponta o processo eleitoral como atividade mais marcante na Instituição atualmente. A mobilização de servidores, estudantes e o envolvimento da comunidade externa evidenciam as preocupações de toda a comunidade com relação ao futuro da FURB e sua importância na região como instituição pública. A campanha em primeiro turno ocorreu em bom nível, tendo a realização

de debates no âmbito setorial e na FURBTV, além da publicação de extenso material na última edição do *Expressão Universitária*, como pontos altos de comparação entre os candidatos Romero Fenili, Valmor Schiochet e João Natel.

O SINSEPES manteve sua posição de apoio à democracia e à livre escolha dos servidores, componentes de sua base e eleitores do novo reitor, acompanhando o processo eleitoral sem

apoio a candidaturas específicas. Publicamos as entrevistas no *Expressão Universitária*, um *Reflexão Sindical* abordando a composição das regras eleitorais e posição assumida pelo SINSEPES em representação dos trabalhadores, além de participarmos dos debates organizados pelos Centros e FURBTV. Entendemos que a função do sindicato no atual contexto é propiciar os mecanis-

mos de comparação entre as candidaturas e, aos eleitores, que conheçam as propostas e histórico dos candidatos. A posição política e de defesa dos trabalhadores é frequente nas publicações do SINSEPES e difundida na própria atuação sindical, não cabendo, portanto, indicar aos trabalhadores candidaturas que, sob análise subjetiva, os representem ou não.

RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO – COMUNIDADE CONTRASSITUACIONISTA

O resultado da votação em primeiro turno expressou de forma muito clara o desejo da comunidade universitária. Apontando as candidaturas encabeçadas pelos professores Valmor Schiochet e João Natel como as mais votadas em todas as categorias, os eleitores demonstram a clara insatisfação com a atual administração da FURB. Inegavelmente a disputa passa a destacar modos alternativos ao atual de gestão da Universidade e propostas que se apresentam mais inclusivas e democráticas. O recado das urnas faz-se claro demonstrando que discursos não se sobrepõem à prática e à experiência política de quem se dispõe a gerir a FURB. Demonstrada a insatisfação com a atual gestão e o claro desejo de mudança, o segundo turno é marcado pelo debate de proposições deste novo modo de gerir proposto. Agora, Valmor Schiochet e João Natel discutem essas novas perspectivas, apresentando à Universidade seu diagnóstico da situação atual, suas concepções de mudanças necessárias e a comunidade escolhe, no dia 10 de setembro, sob o comando de que novo reitor e equipe este processo de mudanças deve ser implementado e que alterações construídas.

IMPORTÂNCIA DO PROCESSO, CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E COMPROMISSO DO CONSUNI

O segundo turno indica a escolha da comunidade universitária para a gestão da Universidade nos próximos quatro anos. Representa importante etapa da consolidação democrática de

um processo que respeita a legislação e valoriza o voto dos servidores da Instituição como iguais no processo de escolha dos dirigentes. Encerrada a consulta e conhecida a candidatura eleita, o resultado é submetido ao Conselho Universitário, cujo compromisso é o de confirmar a escolha da comunidade. Essa é a responsabilidade dos conselheiros perante a Instituição, trabalhadores, estudantes e comunidade regional.

Entendendo que os valores democráticos e o compromisso ético faz dos conselheiros representantes da vontade expressa na consulta e não eleitores diretos, o SINSEPES reafirma que sua representação abrirá o voto no Conselho, manifestando-se em favor do eleito pela comunidade, independente do resultado. Entendemos, ainda, que os candidatos a reitor não eleitos na consulta prévia devam declinar da candidatura, não integrando voto possível no CONSUNI e dando o exemplo democrático da ratificação compulsória do resultado. Independente da postura dos candidatos, o SINSEPES mantém seus compromissos assumidos de voto aberto e eleição da candidatura melhor votada na consulta à comunidade, posição indicada a todos os conselheiros do CONSUNI.

Entendendo que os valores democráticos e o compromisso ético faz dos conselheiros representantes da vontade expressa na consulta e não eleitores diretos, o SINSEPES reafirma que sua representação abrirá o voto no Conselho, manifestando-se em favor do eleito pela comunidade, independente do resultado

Universidade

As eleições para a Reitoria da FURB e as regras eleitorais

Este ano a FURB está vivenciando uma experiência fundamental para sua própria história: um processo eleitoral que elegerá o futuro reitor através de uma eleição significativamente mais representativa. Este avanço já foi demonstrado na intensa participação dos servidores e dos estudantes no primeiro turno.

Nas eleições anteriores, a proporcionalidade da participação das categorias se restringia em 70% da proporcionalidade para os professores, 15% para os técnico-administrativos e 15% para os estudantes. Esta distribuição, além de privilegiar excessivamente os docentes no âmbito geral, criava distorções como interesses corporativos dos departamentos com maior número de professores acabavam tendo predominância sobre a discussão mais ampla dos destinos da própria universidade. Esta proporcionalidade prejudicava seriamente os estudantes e técnico-administrativos que não se sentiam motivados a participar do processo, na medida em que sua representatividade possuía pouco peso decisório. Além disso, comprometia o sigilo dos votos nas eleições para Direção de Centro, pois a quantidade reduzida destes servidores facilitava a identificação de seus votos, deixando-os em situação fragilizada no processo eleitoral.

Historicamente o SINSEPES considera esta proporcionalidade equivocada e restritiva aos princípios democráticos. Além disso, partimos do pressuposto que uma Universidade se faz com as pessoas. E as pessoas só se envolvem e participam do desenvolvimento da Universidade ao sentirem a capacidade decisória sobre este futuro a ser construído. Por isso, a direção sindical levou à Assembleia dos Servidores no dia 30 de outubro de 2009 a seguinte proposta: 66,66% para servidores (profes-

sores e técnico-administrativos) e 33,33% para alunos. Após longos debates, a proposta foi aprovada por unanimidade entre os servidores presentes na Assembleia. Depois deste processo iniciamos campanha com o slogan “Somos todos servidores, votamos na mesma urna” já que o princípio da construção de uma identidade única entre os servidores era um elemento fundamental para esta proposta.

No entanto, esta proposta era acompanhada da preocupação com a segurança jurídica do processo, e por isso observava o artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96):

Art. 56º. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Além de consulta jurídica sobre o tema controverso, o SINSEPES observou que outras universidades públicas criaram mecanismos de consulta eleitoral que passava por um referendo de seus conselhos universitários. Assim, instituições com maior compromisso democrático utilizam deste mecanismo para garantir eleição mais representativa.

A decisão das regras para o pleito eleitoral na FURB ocorreu em reunião conjunta do CONSAD/CONSUNI no dia 10 de dezembro. Nesta reunião foram debatidas três propostas: 1) a apresentada pelo Sinsep que propunha representatividade de 66,66% para os servidores, e 33,33% para os alunos; 2)

a proposta do representante do CCHC que incorporava a proposta do Sinsep mas previa uma proporcionalidade para a comunidade externa; 3) a proposta da atual reitoria de 80% para os servidores e 20% para os alunos. A discussão acabou se estendendo para duas reuniões, realizadas no dia 10 e 17 de dezembro. No dia 10 de dezembro foi votada a composição das categorias eleitorais e a decisão foi juntar as urnas (contra incluir comunidade externa). Definitivamente, a reunião do dia 17 de dezembro votou a percentagem da composição, quando foi aprovada atual proporcionalidade de 80% para os servidores e 20% para os alunos, proposta pela reitoria.

O SINSEPES manteve sua proposta aprovada em assembleia, mas apesar de não termos conseguido aprovar a proposta que tornaria o processo efetivamente representativo, consideramos algum avanço da atual proporcionalidade em relação às eleições anteriores realizadas na FURB.

É hora de garantir a soberania do voto da comunidade da FURB

Após o resultado da consulta do dia 10 de setembro, teremos de atentar ao referendo que deverá confirmar o resultado dessa primeira etapa, o que ocorrerá em reunião do CONSUNI marcada para o dia 16 de setembro. É imprescindível que os Conselheiros comprometam-se com a escolha dos futuros gestores da Universidade realizada pela comunidade acadêmica. Inclusive, é fundamental cobrarmos que cada conselheiro manifeste seu voto publicamente a fim de evitar dúvidas sobre o processo. Além disso, atitude coerente dos candidatos que estão disputando o pleito, ao saber do resultado final da consulta, seria retirar suas candidaturas em prol da garantia da tranquilidade do processo.

O primeiro turno

39,8%

João Natel/Griseldes Boos (Chapa 3)

34,4%

Valmor Schiochet/Ralf Emke (Chapa 2)

25,7%

Romero Fenili/Marcelo Vitorino (Chapa 1)

Servidores somaram **1.071** votos válidos. Entre a categoria, a Chapa 3 obteve **32%** dos votos, seguida pela Chapa 2, com **24,7%**. A Chapa 1 obteve **22,4%** dos votos dos servidores. Entre os votos da categoria foram registrados quatro votos em branco e cinco nulos.

4.476 estudantes votaram. A Chapa 2 obteve a maioria dos votos dos alunos, com **46,5%** dos votos. A Chapa 3 foi a segunda mais votada, com **37,2%**, seguida pela Chapa 1, com **15,3%**. Foram registrados 14 votos em branco e 30 nulos.

O segundo turno ocorre dia **10 de setembro**, sexta-feira

Fonte: Furb.br

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e editoração: Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89-12-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsep@sinsep.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Túlio Vidor. **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **1º Tesoureiro:** Luiz Heinzen

2º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Dir. Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Dir. de Cultura:** Mariana Freitas **Dir. de Comunicação:** Carlos Alberto Silva **Conselho Fiscal:** Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui (titulares); Décio Zendron, Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

“Falta paridade nas eleições para reitoria”

A questão é polêmica, mas algumas universidades como a UnB, UFRJ, UEM já estão adotando paridade nas eleições para Reitor e Vice.

Nas eleições de 1990 e 1994 tivemos na FURB paridade nas eleições e desde esta data nunca mais foram realizadas eleições com paridade. Algumas universidades usam de uma má interpretação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para aprovar uma forma antidemocrática de eleição para Reitor dando peso de 70% aos votos dos docentes e apenas 15% para os técnicos e 15% para alunos.

Na FURB, os votos dos 840 professores tem peso 70% sobre os votos dos técnicos-administrativos (520), e todos os alunos (14.039) também com 15%. Ou seja, a vontade de apenas 840 docentes prevalece sobre a vontade de 14.559 cidadãos. Isto é democracia? Isto é ético? Isto, caro eleitor, é a regra que prevalece em algumas universidades, inclusive na nossa. O SINSEPES defende a paridade nas eleições para a Reitoria. (dados da época da publicação!!)

LEGISLAÇÃO

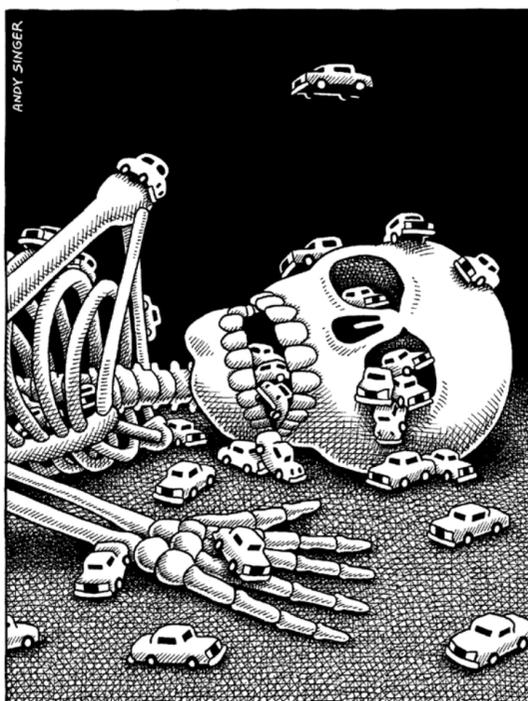
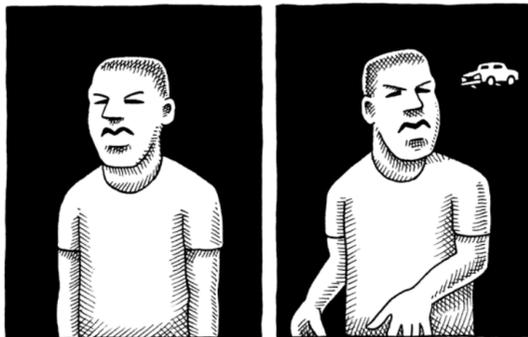
A decisão de instituir a paridade na UnB está de acordo com o modelo

adotado pela maioria das universidades federais brasileiras para escolha de dirigentes. Um levantamento realizado pela UnB Notícias aponta que, das 54 instituições, 31 (contando com a UnB) atribuem o mesmo peso aos votos de servidores, estudantes e professores. No entanto, esse formato não está previsto na legislação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu artigo 56, quem numa instituição pública de educação superior, “os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem (...) da escolha de dirigentes.”

Apesar de a LDB não determinar esse tipo de consulta, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) não se opõe a ela. “Não há impedimento legal de que as associações das categorias organizem consultas informais sobre qualquer composição”, explica o secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota. “ Cabe, posteriormente, ao conselho superior, formado pela maioria de docentes (70%) referendar ou não a consulta”, reitera.”

SINSEPES. Relatório de atividades gestão novembro de 2000 à outubro de 2008. Blumenau. 2008. 43p.



Dia Mundial Sem Carro

Pelo quarto ano seguido, Blumenau participa no dia 22 de setembro, uma quarta-feira, do Dia Mundial Sem Carro, um manifesto surgido na Europa no final do século 20 e que ocorre no mundo todo com o objetivo de refletir sobre os enormes problemas causados pela indústria do carro, da poluição do ar e do tempo perdido nos engarrafamentos diários às mortes no trânsito, e divulgar alternativas para a mobilidade urbana, como o estímulo ao uso de bicicletas e meios de transporte coletivos.

Em Blumenau, as ações do dia 22 de setembro promovidas pelo setor de Mobilidade Urbana do Seterb, pela ABCiclovias e outras entidades vão se concentrar, das 8h às 18h, na Rua XV de Novembro, entre a Alameda Rio Branco e na Nereu Ramos, além da Praça Dr. Blumenau, e vão tratar, além dos temas relativos ao Dia Mundial Sem Carro, de meio ambiente, reciclagem e outros.

Transparência? Me engana que eu gosto

Para garantir a suposta transparência que não demonstram há algum tempo, a prefeitura municipal, através do Seterb, contratou uma auditoria com uma empresa de Florianópolis para calcular o valor "ideal" para a tarifa do transporte público em Blumenau. O resultado, que permanece confidencial, colocou a passagem a R\$ 2,57.

No começo do ano, poder público e Consórcio Siga haviam proposto tarifa de R\$ 2,90 para o transporte coletivo. O aumento foi derrubado pela Justiça através de duas ações movidas pela Associação Catarinense de Defesa dos Direitos Constitucionais (ACDC) e pela Associação dos Moradores da Rua Coripós, detectando uma série de irregularidades nas planilhas apresentadas pela prefeitura para justificar o aumento, entre elas, a cobrança antecipada, direto do bolso dos cidadãos, de investimentos a serem realizados nos terminais e a compra de novos ônibus.

Os R\$ 2,57, que entrariam em vigor no próximo dia 4 de setembro, foram calculados pelo Instituto Rainoldo Uessler. Uma consulta rápida à internet, em páginas do próprio governo estadual, revela que Uessler foi secretário de Vilson Kleinubing, pai do atual prefeito de Blumenau, quando governador do Estado, entre 1991 e 1994. A empresa de consultoria também audita o preço das passagens de ônibus da Capital, onde já são comuns os protestos diante do alto preço pago pelo serviço. Amizade vale ouro.

Professores da FURB lançam livro sobre associativismo civil em Blumenau

Originado de um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Movimentos Sociais (Nepepos), da Furb, o livro "Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau – História, organização e mecanismos de participação" foi lançado em agosto com o objetivo de divulgar experiências e conhecimentos das associações civis da cidade nas décadas de 1980 e 1990, nas suas formas de organização e estruturação, agendas e atuações na esfera pública. A obra foi organizada pelos professores Edinara Terezinha de Andrade e Nelson Garcia Santos.

Segundo relato da professora Edinara à página da Furb na internet, "a obra faz um resgate, por exemplo, da atuação das associações de moradores no orçamento participativo, ocorrido na época. Essa experiência entre outras registradas na obra, refletem a história do associativismo que integra, consequentemente, parte significativa da história da própria organização social da cidade".

A obra está disponível na Biblioteca da Furb.

Casarão das Oficinas: público x privado

Não é mais novidade o desrespeito do poder público municipal nas questões relativas a cultura e educação em Blumenau. Atualmente temos uma grande ausência de fomento à cultura, na medida que nos últimos anos foram desestruturados o Casarão das Oficinas, a Pró-Família e a Escolinha de Artes. Após denúncia de irregularidades administrativas no Casarão das Oficinas, a Fundação Cultural decidiu fechar os cursos que eram oferecidos à população. Mas o que há de novo é que tem se tornado cada vez mais evidente que o desmonte das políticas públicas serviu aos interesses privados, como foi demonstrado na matéria do Jornal de Santa Catarina de 9 de agosto de 2010. A matéria apresenta como uma alternativa a nova Casa das Oficinas, mas que na verdade, se trata de um empreendimento privado do antigo coordenador do Casarão das Oficinas e ainda atual cargo comissionado da Fundação Cultural. Este é um belo exemplo de empreendedorismo ou oportunismo?

A Vila Germânica dá prejuízo?

Assim que garantiu a privatização do tratamento de esgoto em Blumenau, em um processo com vários indícios de favorecimento à empresa Foz do Brasil, o governo João Paulo Kleinubing anunciou mês passado o plano de conceder para a iniciativa privada o Parque Vila Germânica, inaugurado há apenas quatro anos, e que custou quase R\$ 20 milhões aos cofres públicos.

A justificativa? Pelo que deu a entender em matéria publicada pelo Jornal de Santa Catarina no último dia 24 de agosto, o lugar gera despesas mensais de R\$ 80 mil para o município e não dá lucro para o município. Por que, então, a iniciativa privada teria interesse em algo deficitário? Por que investiria mais R\$ 20 milhões no local, sabendo que o plano de expansão da cidade ruma à região Norte?

A estratégia da má administração já foi usada inúmeras vezes em nosso país para justificar a venda de patrimônio público, a preços camaradas, ao setor privado. Vide o exemplo da Vale do Rio Doce e da telefonia nacional.

O maior centro de eventos do Vale do Itajaí, palco da Oktoberfest e de inúmeras feiras internacionais, não pode estar dando prejuízo, exceto sob uma administração incompetente – ou má intencionada.

ANIVERSÁRIOS

– E MOTIVOS PARA COMEMORAR –

FUNDAÇÃO DE
BLUMENAU
160 ANOS

CIVILIZAÇÃO
XOKLENG
MAIS DE 5.000 ANOS



CHARLES+ALINE 2010

Aluguel da Reitoria custa R\$ 120 mil por ano

Patrimônio da Universidade vendido a uma rede de supermercados, o bloco M do campus I da Furb (onde funcionam entre outros setores a Reitoria e toda a estrutura da Coordenadoria de Comunicação e Marketing), permanece ocupado e onerando a instituição pelo pagamento de aluguel. O terreno e estrutura física foi negociado com a rede Giassi, tendo em contrapartida a Furb recebido a Casa Zadrosny (ao lado do campus II) e prazo para desocupação do imóvel anexo ao supermercado. Findo o prazo e não ocorrendo a desocupação, hoje a Furb é onerada em R\$ 10 mil por mês, referentes ao aluguel. A situação é de absoluto descaso com o patrimônio público e com as finanças da universidade, pois em mais de 2 anos a administração não foi capaz de transferir as atividades para outra estrutura dentro dos demais campi. Em meio ao processo eleitoral de escolha do novo reitor, a perspectiva é de que o problema seja repassado para a próxima gestão da universidade, sem planejamento de transferência das equipes alocadas no atual bloco M e com pagamento desnecessário de aluguel financiado pelas mensalidades dos acadêmicos em meio à crise financeira institucional e sucessivos déficits operacionais.

Grito dos Excluídos volta à Rua XV

O Grito dos Excluídos, protesto que toma as ruas de milhares de cidades de toda a América Latina durante feriados nacionais ao longo do ano, volta a mostrar seus rostos e suas reivindicações no Brasil neste dia 7 de setembro, Feriado da Independência. Em Blumenau, a manifestação será mais uma vez na Rua XV de Novembro, durante o desfile cívico, de manhã. A manifestação, que geralmente abre o desfile, contará com a presença de moradores de abrigos e ocupações como o Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD) e as comunidades das vilas Vitória, União e Jensen, além dos sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais da região. A participação na marcha é livre, basta se juntar à concentração na Rua Presidente John Kennedy, ao lado do Teatro Carlos Gomes.



Vida em primeiro lugar!
16º Grito dos/as Excluídos/as
7 de setembro de 2010

Habitação

Ao completar 160 anos, a cidade tem um problema gravíssimo para resolver: o déficit habitacional e a maneira como sociedade e poder público lidam com a parcela menos favorecida de sua população, seja por aquela atingida por catástrofes sócio-ambientais como a de novembro de 2008 ou pela que luta por uma vida mais digna em ocupações

160 anos de Blumenau e o direito à moradia

POR LEO LAPS, jornalista da SINSEPES <leolaps@gmail.com>

Aquele fim de semana dos dias 22 e 23 de novembro de 2008 pode até já estar, neste mês em que Blumenau completa 160 anos de fundação, esquecido pela maioria dos habitantes da cidade. Mas há quem ainda tenha de lembrar, todos os dias, ao olhar para as paredes de compensado das "moradias provisórias", das enchentes e deslizamentos que causaram a morte de mais de uma centena de pessoas e expulsaram milhares de suas residências.

Hoje, na cidade, 230 famílias ainda esperam em cinco abrigos por uma moradia onde possam recomeçar um lar. Ano passado, quando moradores dos abrigos começaram a protestar nas ruas diante da lentidão com que a prefeitura municipal vinha trabalhando para a construção de novas casas para os desabrigados, julho de 2010 foi dado como prazo final para a entrega das mesmas. Novos atrasos aconteceram, e agora as primeiras chaves devem começar a ser entregues no começo de outubro - perto das eleições presidenciais.

As famílias vão pagar as novas residências em um prazo de 10 anos, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, da Caixa Econômica Federal. Segundo o Secretário da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SEMASCRI), Mário Hildebrandt, as famílias pagarão no mínimo R\$ 50 por mês e, no máximo, R\$ 139,50. Para Hildebrandt, mesmo que tenham no máximo 42 metros quadrados, os apartamentos no Badenfurt, Itoupavazinha e outros locais vão custar até três vezes menos que o valor de mercado. "É um sacrifício inicial, mas depois de 10 anos eles serão de propriedade das famílias, que aí poderão vender, alugar, fazer o que quiserem", afirma o secretário.

Até a entrega dos primeiros apartamentos, terão sido quase dois anos vivendo em moradias improvisadas com banheiros e cozinhas coletivas, pouca privacidade, muita paciência e, de tempos em tempos, prazos mais distantes para ir embora. Houve aqueles que optaram por não esperar, como os moradores da Ocupação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD), que em fevereiro de 2009, menos de três meses após a catástrofe, começaram uma nova comunidade entre o Ribeirão Fresco e a Garuva, na Rua Pastor Oswaldo Hesse e seguem, com permissão judicial, reconstruindo suas vidas ali. Um exemplo de organização popular, assim como é o da Vila União, na Itoupava Central, nascida no início da década de 90 em um terreno que pertencia a uma fábrica de brinquedos falida e que luta, ano após ano, para garantir o direito de permanecer no local.

Blumenau é uma cidade que se orgulha de ter sido fundada por imigrantes que buscavam melhores oportunidades que em seus países de origem. Hoje, no entanto, não garante a dignidade daqueles trabalhadores que fizeram e fazem da cidade o que ela é hoje, sejam novos imigrantes ou aqueles nascidos aqui.

Fotos: Leo Laps



Em uma rua sem saída na Itoupava Seca, 33 famílias esperam por uma moradia



Lucas Teixeira é um dos líderes do MAD, movimento de cidadãos que se negaram a viver nos abrigos e fundaram comunidade no Ribeirão Fresco

Nos abrigos, a paciência da longa espera

Quem passa, de carro, ônibus ou a pé, pela Rua Engenheiro Paul Werner, na Itoupava Seca, talvez demore a notar a permanência de um dos sete abrigos, ou "moradias provisórias", que a prefeitura municipal ainda mantém quase dois anos após as enchentes e deslizamentos de novembro de 2008. Ali, em um ginásio no final de uma rua sem saída, ao lado de uma casa de prostituição, seguem vivendo 33 famílias que perderam suas casas na catástrofe.

Para visitar qualquer um dos cinco abrigos ainda existentes na cidade, a reportagem do SINSEPES teve de pedir autorização por escrito para a Secretária da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SEMASCRI), que permitiu a visita com a condição de estarmos, o tempo todo, ao lado de um funcionário do órgão, que nos acompanhou, explicando a sujeira na cozinha (a visita ocorreu em uma segunda-feira de manhã, e no fim de semana não há limpeza) e demonstrando relacionamento amistoso com os moradores. A presença do funcionário durante as entrevistas parecia tirar um pouco da espontaneidade de alguns entrevistados, que em certos momentos olhavam para ele antes de responder as perguntas.

O arrastar dos meses e as promessas de construção de conjuntos habitacionais para os desabrigados foi moderando a indignação dos moradores dos abrigos e, atualmente, a palavra "paciência" é repetida por muitos deles para explicar como é possível aguentar uma espera tão longa em um ambiente tão improvisado.

"Estou aqui desde novembro de 2009, e a expectativa de sair daqui é sempre muito grande. Nos primeiros meses era muito difícil, mas

é preciso aprender a ter tolerância e paciência aqui", conta Claudete Dieckmann, que perdeu sua casa na Fortaleza e recentemente fez uma cirurgia no braço direito, fruto do trabalho como embaladeira de queijos e frios em uma fábrica em Blumenau.

Ivan Krueger está no abrigo da Itoupava Seca com os filhos de 18, 14 e 10 anos. Antes, já havia ficado no abrigo do Badenfurt. "Mas lá era muita briga e roubalheira, aqui é mais tranquilo", garante o electricista e pintor, que está na lista de famílias que deve receber um apartamento no próprio Badenfurt em novembro deste ano.

A maior "moradia provisória" de Blumenau fica na Rua Capitão Santos, em um prédio de três andares. Ali, vivem 93 famílias a espera de uma casa. O local tem uma quadra de esportes e há oficinas de arte e música. Seguindo regras estipuladas em assembleias gerais, a maioria dos moradores do abrigo tenta manter a convivência sem conflitos ao mesmo tempo em que conta os dias para sair dali. "Eu não vejo a hora de sair daqui, mas tenho receio de como será a vida neste novo lugar. Aqui havia muitas brigas no começo e aos poucos, com o auxílio do pessoal da Semascr e a convivência, fomos os acertando. Nos novos apartamentos não sei se teremos um senso de comunidade. Vamos ter de nos organizar por nós mesmos", avalia Sueli Lúcia Hefelmann, que mora na Romário Badia e está com mais 14 familiares na moradia do Garcia.

O secretário do SEMASCRI, Mário Hildebrandt, adianta que a possibilidade de os conflitos dos primeiros meses de abrigo se repetirem nos novos condomínios é quase certa. "Há uma dificuldade em estabelecer convívio", admite. Por isso, segundo Hildebrandt, faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida a presença nas novas habitações de um grupo de assistentes sociais nos primeiros meses.



Otilia, uma das líderes da comunidade na Itoupava Central, na biblioteca aberta para os moradores

Na Vila União, uma luta de décadas

No pátio do galpão onde há 20 anos funcionava a Troll, fábrica de brinquedos do ex-ministro do governo Sarney, Dilson Funaro, funcionários da prefeitura municipal de Blumenau fazem as últimas anotações em mais um dia de trabalho no plano urbanístico da Vila União, ao lado do Aeroporto Quero-Quero. A presença deles é prova da mais recente conquista dos moradores da comunidade, que nasceu de uma ocupação, no começo dos anos 1990, naquela área, parte da massa falida da empresa. Com uma população de 100 famílias, a Vila União conta hoje com creche municipal, água tratada e energia elétrica.

Nada veio sem muita luta. José Mensor, que se tornou um dos líderes da comunidade, lembra muito bem do que viu quando se mudou para um terreno no local, no começo dos anos 2000. "Quando cheguei aqui, era a lei do mais forte, do tráfico. As pessoas moravam em barracões, cheio de rabinchos de luz pelos telhados, tomavam água contaminada de um poço. Quem

vem para um lugar assim não faz uma opção: é por que não tem outra saída para sobreviver", relata.

Mensor percebeu que era preciso agir, e começou a reunir as famílias em assembleias para melhorar a situação da comunidade. "Havia aqui muitos jovens na droga, e os pais estavam tirando a sua responsabilidade sobre isto. Perguntávamos o que eles queriam para o futuro. Aí começamos um conflito muito difícil de resolver, que foi repartir o terreno de maneira regular e lutar contra o tráfico", conta o líder.

Otilia Alves foi uma das que assumiu a luta política na Vila União e ajudou a fundar a associação de moradores da comunidade. Ela chegou ao local anos antes de Mensor, e lembra de quando 30 famílias viviam dentro do galpão abandonado da fábrica, onde hoje ficam uma biblioteca formada principalmente através de doações e um salão para eventos da comunidade.

"Em 2003, conseguimos definir o desmembramento de lotes para construir as casas e dividir os terrenos coletivamente. A partir dali, conhecemos o trabalho do Fórum dos Movimentos Sociais e começamos a buscar nossos

direitos junto ao poder público", lembra Otilia. Direito, na época, era apenas luz, água potável e respeito.

As crianças sofreram preconceito nas escolas da região nos primeiros anos de Vila União. "Eram os da 'favela do barracão'", conta Otilia. Segundo ela, a situação começou a mudar com as festas de 1º de Maio, promovidas pela comunidade. "Passamos a convidar os professores e as famílias dos outros alunos, e aí perceberam que não éramos pessoas diferentes deles", relembra.

Também desde 2003, a Creche Paulo Freire, cujo prédio, alugado pelo município, foi adaptado pelas mãos dos próprios moradores, atende 150 crianças. A biblioteca comunitária, que fica aberta de segunda a sexta, deve, em breve, receber cinco computadores que serão usados em aulas gratuitas de informática.

Há cerca de três anos a comunidade é considerada Zona de Especial Interesse Social. Agora, a luta é pela garantia de posse dos terrenos e pelo direito ao tratamento de esgoto, segundo Otilia. O slogan pintado no mercadinho do bairro, "Unidos ficaremos mais fortes", é levado a sério na Vila União.

Uma comunidade nascida da coragem

Para Lucas Teixeira, 40 anos, a sensação de pertencer a uma comunidade unida, com clima de família, faz da ocupação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD) no bairro Ribeirão Fresco um lugar pelo qual valeu a pena lutar. Em 18 de fevereiro de 2009, depois de uma semana de protestos em frente à prefeitura, um grupo de desabrigados, cansado das más condições dos abrigos, ocupou um terreno no final da Pastor Oswaldo Hesse.

Hoje, salvaguardados por uma decisão do juiz Domingos Paludo, 24 famílias vivem ali, perto de uma creche, uma escola e, futuramente, um postinho de saúde. "Onde eu morava antes da enchente, na Velha, não havia essa integração com os vizinhos. Eu era contra a ocupação na época, tinha medo de que alguma coisa acontecesse com minha família. Mas hoje vejo que ainda estaríamos naquele confinamento dos abrigos, vivendo naquele depósito de gente", argumenta.

A nova comunidade faz reuniões de 15 em 15 dias. Teixeira, que se tornou uma das lideranças do MAD, conta que isso foi unindo aqueles que queriam viver em paz. "Os maus elementos foram indo embora sem ser à força. Estamos em uma luta diária por nossa autonomia. Hoje ainda não existe uma tranquilidade em viver aqui, somos vigiados constantemente. Qualquer briga ou ocorrência policial vai contra nós, e lutamos para mostrar que somos gente de bom caráter", conta o líder comunitário.

O lar onde Lucas Teixeira vive hoje com a família foi levantada com materiais da casa onde viviam antes da enchente, interditada pela Defesa Civil após um deslizamento. À espera de um parecer final da Justiça, afirma que não gostaria de se mudar para os apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - "são muito pequenos para famílias de classe baixa, que sempre tem três ou quatro filhos" - e sonha com o dia em que Blumenau terá um plano que ofereça moradia digna para a classe trabalhadora. "Os forasteiros, como gostam de chamar quem vem de fora para trabalhar aqui, são os que constróem a cidade. É preciso tratá-los com dignidade", afirma.

Luta sindical

Trabalhadores das indústrias de carnes e derivados do Oeste do Estado se mobilizam para a primeira eleição sindical da categoria em mais de duas décadas

Por um sindicato comprometido com o trabalhador

POR **MAGALI MOSER**, jornalista do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEB) e do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (Sintrafite) <magali.moser@gmail.com>



Trabalhadores das indústrias de carnes e derivados do Oeste do Estado se mobilizam para a primeira eleição sindical da categoria em mais de duas décadas (Foto: Magali Moser)

Será um dia histórico para Chapecó. Em 1º de setembro, pela primeira vez em 22 anos, o município do meio oeste catarinense vai testemunhar uma eleição para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados (SITRACARNES). A ausência de eleição foi denunciada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) que processou o sindicato e seus dirigentes por estabelecerem acordos coletivos em prejuízo dos trabalhadores e por fraude nas eleições. O MPT apontou ainda que “há uma verdadeira legião de jovens lesionados nos frigoríficos e o sindicato atua em prejuízo à própria saúde do trabalhador”. A maioria dos trabalhadores do SITRACARNES é da Sadia, fundada em 1944 a partir da compra de um pequeno frigorífico em Concórdia e hoje considerada uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das principais exportadoras do país.

Duas chapas concorrem à eleição. A chapa 1, da situação, e a chapa 2, da “Oposição Sindical”. A ansia por mudança é tanta que Neucira Terezinha Rosa Enderle, 40 anos, chegou a sonhar por duas vezes com a vitória da chapa 2. Ela via o carro de sonho anunciar a vitória dos trabalhadores e participa-

va da comemoração. Operadora de produção do setor de hambúrguer da empresa há cinco anos, Neucira faz parte da legião de 1200 trabalhadores lesionados pelo trabalho e que estão afastados da empresa. Nascida em Irani, município vizinho, ela abandonou a vida na roça depois de acumular prejuízos e se viu obrigada a trabalhar como empregada.

— Demorei um ano pra me acostumar. Aquele paredão de concreto, sem janela, sem contato com a natureza, sem poder conversar direito com as pessoas. Quando me acostumei com o ambiente, fiquei doente, com tendinopatia — conta.

A lesão nos braços impediu Neucira de fazer atividades básicas como varrer a casa, descascar um mandioca ou esfregar uma meia. Ela mora no EFAPI, bairro operário onde fica a fábrica da Sadia e estão concentrados os trabalhadores. Dos R\$ 648 que recebe, R\$ 150 vai para o aluguel da quitinete chamada por ela de “porãozinho”, onde mora com a filha. Jamais pensou em fazer parte de um sindicato, mas sentiu que precisava denunciar o que chama de trabalho escravo.

— A gente estava com os olhos tapados. Só pensava em trabalhar.

Mas aqui um frango tem mais valor que a vida de um trabalhador — resume João Anildo Iora, 46, que trabalha há 20 anos como operador de máquina no setor de Embalagem de Peru e perdeu parte de dois dedos na empresa.

Os trabalhadores colecionam histórias de mutilação como a de João Francisco Felippi, de 29 anos. Ele escorregou dentro da máquina de mistura de temperos e perdeu a perna direita. O acidente foi em dezembro de 2007, quando a filha tinha 23 dias. A mulher dele, que na época também trabalhava na empresa, entrou em depressão e foi demitida. Hoje, Felippi recebe metade do salário - R\$ 360 - da previdência e aguarda por uma prótese. A constatação da ausência de precauções para evitar mutilações em empregados pode ser vista pela placa, em frente à empresa. Dia 20 de agosto anunciava: “estamos trabalhando há oito dias sem acidentes com afastamento. Nosso recorde é 115 dias”.

— O funcionário tem 8 segundos para desossar uma coxa. Não dá nem tempo de enxergar a faca. Se vencer, eles diminuem o tempo. Aqui ninguém mais quer trabalhar. Estão indo buscar gente no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores

ficam quatro horas num ônibus e depois mais 8 horas na empresa — conta Laíres Schneider, funcionário do setor de Evisceração de Peru por 26 anos e que foi demitido sob a “justificativa de redução do quadro” quando passou a manifestar seu envolvimento com a chapa 2.

— O sindicato é uma ferramenta para o trabalhador. E aqui isso não acontece. Se alguém reclamava, eles mandavam embora. Sofri várias ameaças por telefone e pessoalmente. Diziam que era pra eu ficar fora disso, preservar minha vida. Vivemos uma ditadura sindical — relata Jenir de Paula, candidato a presidente da chapa 2, que foi demitido após divulgada a participação no movimento sindical e conseguiu a reintegração na Justiça.

Em Chapecó foi criada a primeira filial da Sadia, apontada como a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro por quatro vezes. Na fábrica, são 6 mil empregados, a maioria é mulher. Os trabalhadores contam que são abatidos 200 mil frangos por dia. Em frente à fábrica, os caminhões lotados de aves não param de chegar. O cheiro é insuportável. Sindicatos de todo o Estado apoiam a chapa 2, inclusive centrais sindicais como CUT, Conlutas e Intersindical.

Cultura

O campo da cultura, os atores locais e políticas públicas

POR **MÁRCIO JOSÉ CUBIAK**, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Furb, Graduado em Ciências Sociais <libidinagens@gmail.com>

É necessário que o poder público consiga delimitar o que é Cultura e qual será o cenário de sua atuação enquanto agente fomentador. Para isso, o Estado precisa considerar as duas dimensões da Cultura propostas por BOTELHO: a antropológica e sociológica, distinguindo-se a cultura no plano cotidiano daquela que ocorre no circuito organizado. Esta postura permite contextualizar as características próprias de cada uma, identificar quando essas dimensões se articulam, produzindo um cenário promissor para definir políticas públicas adequadas, quais as estratégias que serão transformadas em programas, projetos e ações.

Esta é uma atitude elementar, especialmente no poder público, com seus poucos recursos financeiros dedicados ao setor, que criaram aberrações no financiamento à cultura nas últimas décadas, quando foram deixados para os departamentos de marketing a definição do que é produzível ou viável enquanto projeto, numa perspectiva unidimensional e instrumental de Cultura.

Porém, essas duas dimensões estão articuladas e tratá-las apenas isoladamente pode não gerar resultados. Para isso, dois movimentos são necessários: um, das próprias sociedades, em que o exercício real da cidadania, da participação e da organização é capaz de produzir demandas por políticas. O outro é do próprio poder público, delimitando seu universo de atuação, mas em conjunto com outras secretarias governamentais, pondo a criatividade a serviço da utopia, numa perspectiva de entender a cultura de maneira multidisciplinar.

A postura dos governos, na delimitação de sua atuação, é para melhor utilizar os escassos recursos financeiros e nem para se perder no jargão “Cultura É Tudo”. É desejável, no século XXI, diante de tanta reflexão teórica sobre Cultura, uma ação governamental que trabalhe para romper com a dicotomia erudito X popular. Entre o erudito e o popular, existem relações de troca, um processo de hibridização que precisa ser observado.

Esta postura demanda do poder público tomar a cultura em sua diversidade, sem hierarquias, numa relação horizontal e de rede de diálogos.

É preciso entender a importância da cultura como um recurso contemporâneo, suas ligações com o desenvolvimento local, economia, tecnologia e quiçá, meio ambiente. É preciso romper a “boca torta” para a palavra gestão, ao mesmo tempo em que eu sei que Cultura é muita mais que só gestão... é do universo do simbólico.

Veja um exemplo disso: em virtude do tipo de financiamento predominante no país nas duas últimas décadas, as dinâmicas de produção cultural passaram por diversas transformações e tensões: o abandono de artistas, produtores e comunidades inteiras a própria sorte, numa jornada por departamentos de marketing intermináveis; ao mesmo tempo, esse quadro fomentou a associação e a criação de formas de articulação entre artistas, produtores, públicos e comunidades de arte e cultura, numa atuação criativa frente aos poucos mecanismos estatais de fomento e financiamento. Como integrar com um cenário desses? Quais as perspectivas futuras? Que tipo de diálogo é possível? Quais as dinâmicas postas em funcionamento?

O espaço local é o locus privilegiado para a articulação dessas duas dimensões da cultura através da demanda dos grupos por direitos e da ação do aparato governamental. O poder público municipal deve ter um papel presente nessa esfera. O cenário local é de pluralidade de interesses ativos, arenas cujos atores conhecem seus interlocutores, sabendo de quem cobrar e com quem se articular. O mesmo ocorre no sentido inverso: do Estado para a Sociedade, nas várias direções possíveis das teias de relações.

O Estado deve aparecer não como dirigente, mas como articulador e fomentador. Para isso, é necessário ter em mente a importância das políticas públicas, no caso, políticas culturais adequadas, que busquem parcerias na iniciativa privada, na sociedade e nas outras instâncias governamentais.

Uma política cultural consistente exige dos seus gestores a capacidade de antecipar problemas, visão de longo prazo, planejador, ser criativo o suficiente para sugerir financiamentos alternativos para a produção cultural, entender das dinâmicas do aparato governamental, buscar entender a diversidade cultural, pensar as lógicas da contemporaneidade e

como a tecnologia pode servir como ferramenta para o fomento às artes e à cultura.

Este gestor precisa entender acerca da cadeia produtiva da cultura que é formada pelos criadores e produtores; organizações culturais; empresas investidoras; poder público; imprensa cultural; meio acadêmico e público da cultura. Precisa entender sobre o tripé produção – distribuição – fruição. Isso porque as políticas públicas de cultura devem compreender o sistema em sua totalidade articulada.

É preciso insistir nisso: enquanto temos de um lado a cadeia produtiva da cultura, cada vez mais capacitada para os desafios contemporâneos, temos de outro, gestores sem sensibilidade e mesmo interesse em aprofundar políticas, em conhecer contextos, em experimentar.

No caso de Blumenau, algumas questões são urgentes para uma visão sistêmica e articulada entre as duas dimensões da cultura: mapear o consumo e os hábitos culturais dos públicos; organizar sistema municipal de indicadores culturais; romper com a lógica do evento e pensar em programas, projetos e ações com responsáveis, prazos, recursos e resultados; ampliar os recursos do Fundo Municipal de Cultura e pensar novos mecanismos de financiamento, como editais específicos para áreas; ade-

são ao Sistema Nacional de Cultura (espécie de SUS da Cultura); ampliar os recursos destinados a Fundação Cultural; reverter o organograma administrativo da estrutura, modernizando a administração; instituir o Plano Municipal de Cultura; tornar o Conselho Municipal de Cultura órgão deliberativo e; iniciar política de implantação de Centros e Casa de cultura nas comunidades de Blumenau.

No caso da Universidade, esta pode inserir-se como agente

fomentador, tal qual o Estado, mas num papel de complementaridade. Focar na capacitação dos profissionais envolvidos na cadeia produtiva da cultura, participar da produção dos indicadores culturais; identificar e analisar a cadeia produtiva da cultura em Blumenau e região; formar público fruidor de arte, cultura e humanidades, além de ser parceiro no desenvolvimento autônomo de grupos e comunidades da região.

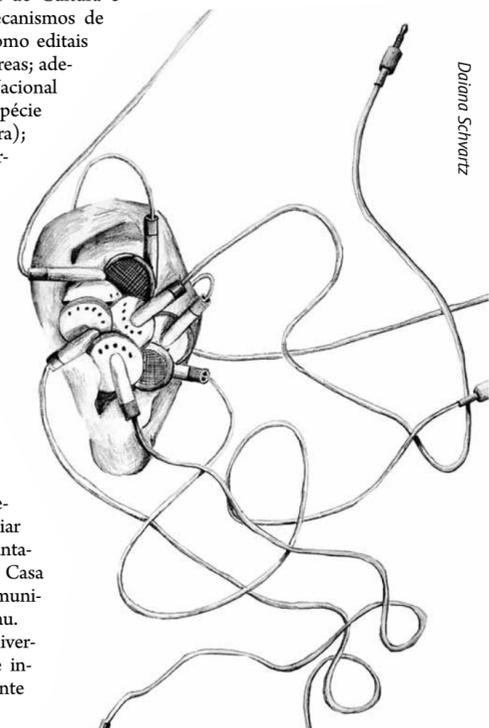
Por fim, pergunto: Já que o poder público municipal é tão importante assim, será que Marlene, Neuza, Nico e Kleinubinho dão conta?

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e políticas Públicas.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Uma reflexão sobre as Políticas Públicas e a Questão da Formação na Área Cultural.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de Política Pública.

RUBIM, Albino. Políticas Culturais: entre o possível & impossível.



Daiana Schwartz

Movimentos Sociais



Klariša Nadić

A igualdade de direitos e o direito à diferença

POR MARILEI SCHREINER, diretora de Formação do Grupo LGBT - Liberdade

O Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), na esteira de outros movimentos sociais importantes, ganha espaço na sociedade brasileira principalmente a partir da década de 80, com destaque para os estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, onde adquire os primeiros sinais de visibilidade nesta década.

Entre avanços e retrocessos, algumas conquistas especialmente no campo da não discriminação e do direito à palavra, representado por meio da realização das Paradas Gays e das Conferências (Regionais e Nacional), ganham status de vitórias do Movimento. Contudo, se é verdade que a homossexualidade começa a ter visibilidade pública, deixando de ser assunto proibido para passar a ser uma realidade abordada em filmes e séries de televisão, em telejornais e em algumas salas de aula, também é verdade que a homofobia ainda se faz presente e, por vezes, de maneira muito cruel.

No que se refere ao reconhecimento das uniões homoafetivas também obtivemos poucos avanços, submetendo casais homossexuais à marginalidade no campo dos direitos civis.

Assim, a ABGLBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) aponta a criminalização da homofobia e a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo como as duas principais reivindicações atuais do Movimento LGBT no Brasil.

No cerne da discussão dos Movimentos LGBT reivindicando a criminalização da homofobia, foi instituído, pelo Governo Federal, o Brasil sem Homofobia, um Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, resultado de uma parceria entre o Governo e sociedade civil, organizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e que prevê uma série de ações nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Trabalho, Educação e Cidadania.

Um dos princípios do Programa é a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção

dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

No mesmo ideário Blumenau, em 2008, institui por meio da Lei nº. 7302/08, a "Semana de Luta Contra a Homofobia" no Município, na semana de 17 de maio, data na qual, em 1990, a homossexualidade foi retirada da classificação

Com o objetivo de promover a cidadania e defender os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em Blumenau e região, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero, foi fundado em maio o Grupo LGBT LIBERDADE

de doença pela Organização Mundial de Saúde. Quanto à legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo, temos alguns avanços que asseguram, em alguns estados, a equiparação à união estável entre pessoas de sexos opostos, medida que deverá estender-se a todos os estados federativos.

Seguindo orientação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da OAB, os cartórios de registro de títulos e documentos devem fornecer Escritura Pública a casais homossexuais para comprovação de União Homoafetiva. Segundo o desembargador Bartolomeu Bueno, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a medida garante

princípios constitucionais iguais para todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. "O Brasil, como uma república federativa, deve promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como fundamento da dignidade humana", afirma Bueno.

Apesar de louvável, a medida não dá garantias legais aos casais homoafetivos. Ela apenas comprova existir a união entre os casais do mesmo sexo para questões jurídicas futuras.

Em Blumenau, nos últimos anos, a discussão das pautas reivindicatórias do Movimento LGBT esteve restrita a alguns parlamentares de esquerda, e aos lares onde a população LGBT vive: famílias com filhos, irmãos, pais, mães, casais homossexuais, tratando a questão como da ordem privada.

A articulação para fundação de um Grupo de Defesa dos Direitos LGBT em Blumenau iniciou em 2008. Desde então, com uma ordenação provisória, foram realizadas diversas atividades como: Ato Público contra Homofobia, em junho de 2009; Manifestação na Câmara e Roda de Cinema em maio de 2010; criação e distribuição de cartazes e folders informativos.

Com o objetivo de promover a cidadania e defender os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em Blumenau e região, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero, foi fundado o Grupo LGBT LIBERDADE, no dia 29 de maio de 2010.

Uma das principais ações do Grupo neste início de atividade é colocar os direitos homossexuais na agenda pública de debate, buscando dar visibilidade às reivindicações da população LGBT, uma das mais discriminadas e marginalizadas historicamente, debate este que não interessa apenas às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, mas a todos que acreditam e lutam por uma sociedade justa.

Literatura

Pântano da Memória

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, servidor da FURB e editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/saraueltronico) <viegas@furb.br>

No filme "Caixa Preta" (2005), dirigido por Richard Berry, o protagonista sofre um acidente e permanece inconsciente por um período. Ao despertar, é informado pela enfermeira que, durante o coma, balbuciou palavras e frases desconexas que esta anotou em um caderno. Ao sair do hospital, o personagem procura decifrar os significados daqueles seus fragmentos de memória, mas a correspondência com a realidade dos fatos torna-se impossível. Isto porque, para a memória, o vivido no plano da realidade física não difere do vivido no plano dos desejos, ou, não há diferenças entre o vivido e o que pensamos viver quando acessamos os cantos mais obscuros do nosso inconsciente.

Na literatura, estabelecer fronteiras entre realidade e ficção, quando se trata de memórias, constitui-se como tarefa ingrata e inútil. Carlos Heitor Cony, por exemplo, quando publicou "Quase Memória" (1995), deparou-se com a dificuldade de classificá-lo enquanto gênero literário. Por isso o subtítulo: "quase-romance". Já Silveira Júnior preferiu enquadrar como romance seu "Memórias de um menino pobre" (1977), livro em que magistralmente relata sua infância vivida em uma comunidade de agricultores no interior de Santa Catarina. "Chove sobre minha infância" (2000), de Miguel Sanches Neto, segue esta mesma lógica: o relato trágico de um anti-herói que cresce em ambiente hostil para se transformar no escritor que narra sua própria história. Memórias?

Quando Proust escreveu seu monumental "Em busca do tempo perdido", Joyce seu "Retrato de um artista quando jovem" e José Lins do Rego seu "Menino de Engenho", não tivemos dificuldades em aceitá-los como peças exemplares de uma literatura do mais alto nível. Ainda que textos estruturados sobre reminiscências, são, essencialmente, criação, porque a memória é, tal qual em "Caixa Preta", criação. E não importa se fato experienciado fisicamente, se interpretação dos sentidos ou construção do inconsciente, a memória estabelece sua verdade, tornando-se, assim, verossímil. E é nesta verossimilhança que se constrói "Chove sobre a minha infância", livro que segundo o narrador-protagonista não se pretende de memórias, mas de "retalhos, alguns falsificados pela recordação e pela fantasia".

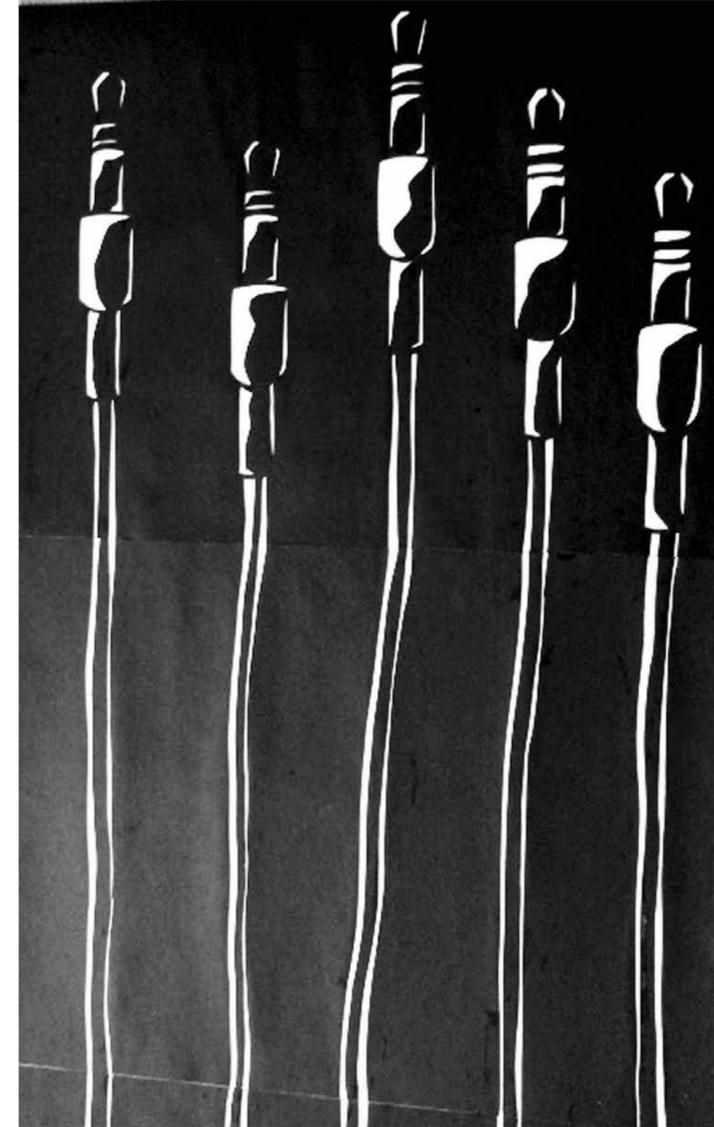
Romance de estreia de Miguel Sanches Neto, "Chove sobre minha infância" conta a história da sua infância e adolescência a par-

tir dos seus próprios olhos. Não se trata, entretanto, de autobiografia, já que o narrador-protagonista (o próprio Miguel), narando ou vivenciando os fatos no tempo presente em que supostamente aconteceram, em alguns momentos sofre a intromissão do narrador adulto, deste outro Miguel, capaz de compreender e julgar a criança de antanho. E é nesta tensão entre recordação e ficcionalização, entre revelação e moralização, que se constrói a história de um menino nascido na pequena Bela Vista do Paraíso, no interior do Paraná, que, órfão do seu pai, um homem de "coração bom, mas prisioneiro de suas misérias", migra com sua mãe e irmã para Peabiru, cenário onde se desdobra o enredo.

Viúva e vivendo muito humildemente com o dinheiro que recebia costurando para prostitutas, apesar de filha de rico fazendeiro, a mãe do narrador-protagonista resolve se casar com Sebastião, um caminhoneiro sem muito estudo. Homem austero, trabalhador, honesto, incapaz de lograr um agricultor, Sebastião nutre profundo desprezo a todo trabalho que não seja braçal, e procura educar a família na doutrina do trabalho duro no campo ou junto à cerealista de que se torna proprietário. Educação contestada pelo narrador-protagonista, que desde muito moço inclina-se para as letras. Letras inúteis, improdutivas e que impedem Miguel de ser o homem forte e trabalhador com que sonha o padrasto. Há uma cena na obra em que o narrador-protagonista conversa com Zé Carlos, filho do padrasto, que lhe explica que o pai teve que comprá-

lo, juntamente com seus irmãos, depois de tentar convencer, com argumentos, a mãe a entregá-los: "O pai teve que comprar a gente. A mãe não queria ele deixar trazer. O pai falou bastante coisa pra ela, mas não adiantou. Daí ele deu dinheiro e ela deixou." E a reflexão de Miguel, ainda criança: "Fico pensando se Sebastião não tem razão. As palavras não valem grande coisa mesmo. O que vale são os números." Mas é esta uma exceção; escrever, preencher todas as folhas do caderno, é não deixar morrer seu pai, analfabeto e morto trágica e precocemente. Escrever é, antes de tudo, libertar-se. Libertar-se dos desmandos do padrasto e sua família, libertar-se da vida duro do campo, libertar-se do atraso.

Sob o verniz dos conflitos familiares, das vicissitudes próprias de um menino que adolece e descobre os prazeres e dores do corpo, "Chove sobre minha in-



Doliana Schwarz

fância" impõe-se como uma obra que marca a desterritorialização do retirante no confronto campo X cidade. Ao defender o trabalho forçado, Sebastião defende a manutenção dos filhos na terra. As letras implicam vida urbana, o êxodo rural. Neste contexto, torna-se emblemática a reflexão do narrador-protagonista quando afirma: "Pertencço a uma geração que não encontra mais espaço no Paraná. Não dá mais pra iniciar uma vida de pioneiro em nossas terras, elas já foram desbravadas, já deram o seu sangue, suas matas, seus rios". É o campo que sucumbe à cidade, aos bancos, à indústria e seus empregos de fome. A Peabiru que viu crescer Miguel, já não o é, "a lama e a poeira de então eram a da cidade que estava sendo feita, a dos destinos em construção - hoje são de decadência".

Também a metaliteratura se faz

presente na obra. Para Miguel - narrador-protagonista - literatura é missão que dá voz a quem sempre se calou: "Vindo de um povo basicamente iletrado, recebi a tarefa de ser seu porta-voz. Escrevo por isso, para fazer com que falem estes antes sem discurso". Missão e catarse, diga-se ainda, pois pretende o narrador-protagonista libertar-se da carga, do peso que sua história imprime sobre seus ombros, como quando jovem descarregava os caminhões que chegavam à cerealista, as sacas de soja estourando-lhe a coluna, a poeira arrebentando-lhe os pulmões.

"Chove sobre minha infância", neste pântano da memória, ato de desvelamento, ao dizer de Miguel, diz mais, diz de uma ordem que esboroa, calcinada na terra empobrecida, diz da escrita e do ato de se construir autor, mas diz, principalmente, de uma liberdade nunca plena.

34º Congresso Nacional de Jornalistas

Quem se comunica

POR **BEN-HUR DEMENECK**, jornalista e mestre em jornalismo (UFSC), delegado do Paraná no XXXIV Congresso Nacional dos Jornalistas <b.demeneck@uol.com.br>

Entre 18 e 22 de Agosto, jornalistas de todo o país se reuniram na capital gaúcha para debater e aprovar resoluções de interesse da categoria. Este artigo compartilha com o público do jornal *Expressão Universitária* parte de uma agenda temática sob o ponto de vista dos trabalhadores da informação.

Na Carta de Porto Alegre, documento-síntese do 34º Congresso Nacional dos Jornalistas, destacam-se as lutas pela aprovação das PECs dos Jornalistas, pela democratização da comunicação, pela criação do Conselho Federal dos Jornalistas e por uma nova e democrática Lei de Imprensa. E o texto reafirma a decisão da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) de não sindicalizar não-diplomados.

Cresce dia-a-dia o interesse do brasileiro em falar sobre a mídia e há muito o que ele descobrir sobre desse admirável mundo novo. Cabe aos profissionais da área se desdobrar em explicações das mais elementares às complexas, deixarem para trás qualquer similaridade com pavões de gabinete e irem ao diálogo. Essa ressalva eu faço porque é notória a distância de nós jornalistas a iniciativas simples como palestras em escolas e associações de moradores nas quais se exponha qual é a realidade das Comunicações.

As políticas públicas da área caminham em passos de tartaruga, pois parlamentares ligados à radiodifusão e os conglomerados midiáticos freiam medidas que são comuns até nos países de ponta do capitalismo, onde há leis contra a propriedade cruzada e a formação de monopólios. Na Europa, há fundos públicos para patrocinar a mídia independente. Nos EUA, há legislação antitruste e, desde 1941, controla-se a formação de redes de radiodifusão.

No Brasil, o direito à comunicação entra em choque com interesses particulares dos políticos. Na televisão catarinense, por exemplo, eles controlam 5 geradoras de e 76 retransmissoras. Os números correspondem, respectivamente, a 25% e 9,88% do total das outorgas de TV segundo artigo publicado em 2005 por Santos & Capparelli (“Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito”). Nestes anos 2000, entidades ligadas ao patronato midiático forçaram discursos que confundiram a população brasileira. Caso da ANJ (Associação Nacional de Jornais) e da SIP (Sociedad Interamericana de Prensa), que empurraram goela abaixo de sua audiência conceitos liberais ausentes de honestidade intelectual. Iniciativa que visa

manter um modelo em que a informação ceda prioridade ao lucro de sua distribuição.

Por sorte há figuras como Venício de Lima, professor da Universidade de Brasília, para recolocar os conceitos no lugar. Vale a leitura de seus artigos no portal Observatório da Imprensa, alguns deles compilados na obra “Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e à democracia” (Publisher Brasil, 2010). Para ele, hoje existe uma privatização da censura, o que parte se deve a uma “ultrapassada posição do li-

uma nova e democrática Lei de Imprensa – regulamentar a imprensa pública acima dos fins mercantis. Haver oferta de informação de qualidade, cunhada no rigor e na ética, interessa a todo cidadão. Uma frase para fazer pensar: “Não se pode prescindir do binômio liberdade x responsabilidade. O que se vê é uma ampliação ao infinito das prerrogativas da mídia”, declaração do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

2) Acabar com oligopólios, como o da RBS – aliás, por que há

sua formação exclusiva a pensar os fundamentos e os processos jornalísticos?

4) Criar um Conselho Federal de Jornalismo – para que os leitores compreendam o que há de tão grave no projeto de lei do CFJ, eis o conteúdo de seu projeto de lei: a) Art. 1º § 1º: “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo”; b) Art.2º, item I: “zelar pela dignidade, independência e valorização do jornalista”, c) Art.2º, item VI: “colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo”. Essas são as orientações antidemocráticas deploradas nos veículos de maior circulação do país, quando da discussão de um projeto similar ao que é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Curioso que essas sejam propostas organizadas pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), baseadas em seus profissionais, em seus sindicalistas e nos congressos da classe. Um paradoxo.

A fim de concluir, desejo boas leituras. Uma das minhas recomendações a quem se interessou por esta conversa é o livro “Um mundo de mídia: diálogos sobre comunicação e participação”, de Giovanna Modé e Michelle Prazeres (Ação Educativa, 2009) e as publicações do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).

O Brasil precisa democratizar seus canais midiáticos de amplo alcance. Falar sobre esse processo exige pesquisa e leituras, porém altamente compensador na medida em que desatamos um nó originário em nosso tempo. Proponho a professores, a líderes de associações e de entidades de classe que contatem mais frequentemente os sindicatos de jornalistas e combinem palestras e seminários com os nomes indicados. Serão ótimas oportunidades para se exponham argumentos de como se enfrenta um modelo pouco sensível ao direito à informação.

“É preciso defender o jornalismo como um bem público e cobrarmos por políticas que o coloquem acima do mercantilismo e das leis de mercado”, declarou o marroquino Younouss Mjahed em seu discurso em Porto Alegre. Por ser vice-presidente sênior da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e líder sindical em seu país, vê-se que essa pauta não diz respeito apenas ao Brasil, ela é internacional.



GiantsFandic / Austin

beralismo clássico que considera o Estado apenas como ameaça às liberdades individuais e não, muitas vezes, como promotor delas”. Os movimentos sociais podem dar seu depoimento sobre de que lado se encontra a censura de imprensa na atualidade, suas histórias derubam o argumento da ANJ sobre a “autorregulação da mídia”, cuja prática mascara uma negligência de cobertura a pautas de primeira importância e torna o jornalismo uma força menor num sistema em que o entretenimento ganha espaço dia-a-dia.

Para se atualizar frente a uma agenda social em Comunicação, você pode baixar o Caderno de Resoluções da Confecom (I Conferência Nacional de Comunicação), na página da Secom (www.secom.gov.br). A Carta de Porto Alegre complementa com a percepção particular dos jornalistas, o ponto de vista de quem constrói sua carreira como mediador de informação credenciado por um público, alguém que, por dever do ofício, promove a visibilidade de controvérsias instaladas em temas públicos. Algumas das resoluções do Congresso da categoria, em versão adaptada:

1) Defender a elaboração de

grupos que não conseguem conviver com concorrência? Em um tempo que celebra a pluralidade, por que essa tendência de concentração dos veículos nas mãos de poucos? Não seria exagero considerar que a democratização da propriedade dos meios de comunicação é a reforma agrária do século XXI. Para recordar: o Ministério Público Federal move a ação civil pública número 2008.72.00.014043-5 contra o grupo RBS pela formação de oligopólio O processo pretende anular a aquisição do jornal “A Notícia” e reduzir o número de emissoras de televisão ao máximo permitido pelo decreto-lei 236.

3) Defender a formação específica como um referencial de qualidade – Marcelo Canellas, premiado repórter televisivo, esteve presente em um dos painéis do Congresso e observou que a universidade é o local para formar um jornalista “crítico, insubmisso e curioso”. Falar sobre a formação específica para exercício do jornalismo pediria um artigo só, para colocar de lado a confusão promovida por proprietários da mídia. Basicamente: por que é que o cidadão brasileiro não merece uma informação elaborada por um profissional de carreira que dedicou